



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
FÓRUM MINISTRO COQUELLO

Simulado Especial **TRT BA**

Analista Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT BA – Analista Judiciário – Área Administrativa – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT BA;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TRT MA;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-BA-AJAA-08-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo

Considerados isoladamente, os problemas da economia mundial eram, com uma exceção, menos sérios. Mesmo entregue a si mesma, ela continuaria a crescer. Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev, a economia devia entrar em outra era de próspera expansão antes do fim do milênio, embora isso pudesse ser por algum tempo dificultado pelos efeitos posteriores da desintegração do socialismo soviético, pelo colapso de partes do mundo na anarquia e na guerra, e talvez por uma dedicação excessiva ao livre comércio global, sobre o qual os economistas tendem a ser mais deslumbrados que os historiadores. Apesar disso, o espaço para expansão era enorme. A Era de Ouro, como vimos, foi basicamente o grande salto avante das “economias de mercado desenvolvidas”, talvez vinte países habitados por cerca de 600 milhões (1960). A globalização e a redistribuição da produção continuariam a trazer para a economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congêntos tinham de admitir que era uma perspectiva encorajadora para os negócios.

A grande exceção era o aparentemente irreversível alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo, processo um tanto acelerado pelo desastroso impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo, e a pauperização de muitos países ex-socialistas. A menos que houvesse uma espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo, parecia provável que o fosso continuaria ampliando-se. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso. Uma economia mundial que se desenvolvia pela geração de desigualdades tão crescentes estava, quase inevitavelmente, acumulando encrencas futuras.

Contudo, de qualquer forma, atividades econômicas não existem nem podem existir isoladamente de seu contexto e consequências.

Adaptado de HOBBSAWN, Eric. “A Era dos extremos”. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- 01.** A visão da economia no final do século XX para o autor
- a) enfatiza a importância que tiveram os países ricos no desenvolvimento das nações pobres.
 - b) leva em conta, como critério fundamental para o desenvolvimento da economia, a separação das nações “ex-socialistas”.
 - c) faz reconhecer uma expectativa positiva no cenário econômico, mesmo com percalços sociais e políticos.
 - d) aponta como único saldo positivo a emergência do liberalismo econômico em nações capitalista e socialistas até o final da década de 1990.
 - e) salienta a importância que os países ex-socialistas, que fomentaram o descrédito dos países ricos.

02. Estabelecem entre si uma relação de oposição os seguintes segmentos:

- a) (...) *os problemas da economia mundial eram (...) menos sérios / (...) ela continuaria a crescer.*;
- b) *Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev (...) / (...) a economia devia entrar em outra era de próspera expansão;*
- c) *A grande exceção era o (...) abismo entre os países ricos e pobres (...) / (...) impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo;*
- d) (...) *espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo (...) / (...) o fosso continuaria ampliando-se.*;
- e) (...) *geração de desigualdades tão crescentes (...) / (...) acumulando encrencas futuras.*

03. Há adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Foi-nos legado do final do século XX um cenário econômico de desigualdade que não fez jus às expectativas criadas pelos economistas da época.
- b) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com os problemas sociais oriundos do desenrolar do final do século XX.
- c) Era de se esperar que ao menos algumas das nações desenvolvidas no século XIX venham a perpetrar-se no poder.
- d) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo final do século XX, possivelmente hoje não estejamos a enfrentar todos as suas consequências sociais.
- e) Ainda que os economistas do século XX viessem a pensar de forma diferente as metas projetadas para o próximo século, não impedirão o crescimento da desigualdade.

04. *A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos.*

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento *em que o comércio internacional irrestrito permitiria por*

- a) cujo comércio internacional irrestrito permitiria;
- b) do qual o comércio internacional irrestrito poderia permitir;
- c) para que internacionalizar o comércio permitiria;
- d) de que a não restrição do comércio internacional permitiria;
- e) em cuja falta de restrição do comércio internacional permitiria.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que desejem, tem país que não consegue se desenvolver em face das dificuldades socioeconômicas que o determinam.
- b) O autor do texto está convicto sobre o sucesso que a economia pode vir a ter no futuro, a depender das decisões de cada governante.
- c) Argumentam-se no texto que o desequilíbrio entre países ricos e pobres é um fator determinante para um possível desenvolvimento da economia global.
- d) A menos que houvessem mais oportunidades igualitárias para países ricos e pobres, não terá sucesso o processo.
- e) Às expectativas e provisões de economistas e políticos devem corresponder sua realização, para que não se frustrem o desenvolvimento das nações.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo

Depois de muito meditar sobre o assunto concluí que os casamentos são de dois tipos: há os casamentos do tipo tênis e há os casamentos do tipo frescobol. Os casamentos do tipo tênis são uma fonte de raiva e ressentimentos e terminam sempre mal. Os casamentos do tipo frescobol são uma fonte de alegria e têm a chance de ter vida longa.

O tênis é um jogo feroz. O seu objetivo é derrotar o adversário. E a sua derrota se revela no seu erro: o outro foi incapaz de devolver a bola. Joga-se tênis para fazer o outro errar. O bom jogador é aquele que tem a exata noção do ponto fraco do seu adversário, e é justamente para aí que ele vai dirigir a sua cortada - palavra muito sugestiva, que indica o seu objetivo sádico, que é o de cortar, interromper, derrotar. O prazer do tênis se encontra, portanto, justamente no momento em que o jogo não pode mais continuar porque o adversário foi colocado fora de jogo. Termina sempre com a alegria de um e a tristeza de outro.

O frescobol se parece muito com o tênis: dois jogadores, duas raquetes e uma bola. Só que, para o jogo ser bom, é preciso que nenhum dos dois perca. Se a bola veio meio torta, a gente sabe que não foi de propósito e faz o maior esforço do mundo para devolvê-la gostosa, no lugar certo, para que o outro possa pegá-la. Não existe adversário porque não há ninguém a ser derrotado. Aqui ou os dois ganham ou ninguém ganha. E ninguém fica feliz quando o outro erra - pois o que se deseja é que ninguém erre... E o que errou pede desculpas; e o que provocou o erro se sente culpado. Mas não tem importância: começa-se de novo este delicioso jogo em que ninguém marca pontos...

A bola: são as nossas fantasias, irrealidades, sonhos sob a forma de palavras. Conversar é ficar batendo sonho pra lá, sonho pra cá...

Rubem Alves

- 06.** No texto, o autor tem a intenção, sobretudo, de
- contrapor o tênis e o frescobol – duas práticas esportivas com raquetes e bolas;
 - defender a prática do tênis, mesmo sendo uma atividade cruel e competitiva;
 - mostrar o amadorismo do frescobol, que aceita partidas sem vencedores;
 - fazer uma reflexão sobre o casamento ao aludi-lo a práticas esportivas;
 - defender o casamento que necessita de diálogo por toda a vida.

07. Assinale a alternativa que traz passagem que faz referência indireta ao casamento:

- concluí que os casamentos são de dois tipos: há os casamentos do tipo tênis e há os casamentos do tipo frescobol (1º parágrafo);*
- O tênis é um jogo feroz. O seu objetivo é derrotar o adversário.(2º parágrafo);*
- O frescobol se parece muito com o tênis: dois jogadores, duas raquetes e uma bola. (3º parágrafo) ;*
- E o que errou pede desculpas; e o que provocou o erro se sente culpado. (3º parágrafo);*
- A bola: são as nossas fantasias, irrealidades, sonhos... (4º parágrafo).*

08. A pois o que se deseja é que ninguém erre.

Os termos sublinhados podem ser substituídos, sem prejuízo para o sentido, por:

- o qual ninguém erre;*
- ninguém errar;*
- que ninguém erra;*
- ninguém ter errado;*
- ninguém vir a errar.*

09. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Ao final do texto é possível entender, porque da comparação do autor.
- b) O autor, se reconheceu na descrição do jogo de tênis.
- c) Não se havia descrição, de como as pessoas viviam entre o tênis e o frescobol.
- d) Percebe-se que o casamento é um estado ambíguo - Para alguns é sinônimo de felicidade, e para outros, em contraste, remete a estresse.
- e) Indignado, o autor tenta entender os relacionamentos baseados na competição.

10. (...) e faz o maior esforço do mundo para devolvê-la (...)

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- a) teria feito;
- b) fizera;
- c) tinha feito
- d) é feito;
- e) são feitos.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

11. A negação da afirmação “Se Paulo come palmito, então Fernando come figo” é

- a) Paulo não come palmito e Fernando come figo.
- b) Paulo não come palmito e Fernando não come figo.
- c) Paulo come palmito e Fernando não come figo.
- d) Se Paulo não come palmito, então Fernando come figo.
- e) Se Paulo não come palmito, então Fernando não come figo.

12. Analise as afirmações a seguir.

- I. Se a bola é quadrada, então o refresco é de tamarindo.
 - II. Se o refresco não é de tamarindo, então o sanduíche é de presunto.
 - III. O sanduíche não é de presunto.
- Logo, é correto concluir que
- a) a bola é quadrada.
 - b) o refresco é de tamarindo.
 - c) a bola não é quadrada.
 - d) o refresco não é de tamarindo.
 - e) a bola é quadrada e o refresco é de tamarindo.

13. Quarenta pessoas estão de mãos dadas formando uma grande roda. Arnaldo e Berlinda estão de frente um para o outro, ou seja, ocupam posições diametralmente opostas na roda. Arnaldo solta a mão de uma das pessoas ao seu lado e abre a roda, que se transforma numa fila com as pessoas de mãos dadas.

Se Arnaldo é a primeira pessoa da fila, qual é a posição ocupada por Berlinda?

- a) 40ª
- b) 39ª
- c) 21ª
- d) 20ª
- e) 19ª

14. Três amigos, Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, realizaram um bolão e ganharam na loteria uma premiação de R\$ 50.000,00. Desse total, 30% do valor foi retido para pagamento de tributos, e o restante foi dividido entre os três em partes diretamente proporcionais ao número de tíquetes com que cada um contribuiu para realizar o bolão. Sabendo-se que Arnaldo contribuiu com 2 tíquetes, Bernaldo contribuiu com 3 e Cernaldo contribuiu com 5, o valor líquido recebido por Bernaldo é:

- a) R\$ 7.000,00
- b) R\$ 10.000,00
- c) R\$ 10.500,00
- d) R\$ 15.000,00
- e) R\$ 17.500,00

15. Jean, estagiário de férias de um banco de investimentos, anotou ao longo de 13 dias o número de e-mails recebidos:

9	12	11	6	17	5	11	6	5	12	9	18	9
---	----	----	---	----	---	----	---	---	----	---	----	---

A diferença entre a mediana e a média dos números anotados por Jean é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. Nos termos da Lei no 8.112/90, com relação ao processo administrativo, é certo que da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou

- a) suspensão de até 15 dias.
- b) suspensão de até 30 dias.
- c) suspensão de até 45 dias.
- d) suspensão de até 90 dias.
- e) demissão ou destituição de cargo em comissão.

17. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 5ª Região, o Tribunal Pleno é composto pela totalidade dos seus Desembargadores efetivos.

Acerca do Tribunal Pleno, são competências, exceto:

- a) determinar aos Juízes de primeira instância a realização dos atos processuais e das diligências
- b) eleger e dar posse ao Presidente do Tribunal e demais cargos de direção
- c) decidir sobre os casos de invalidez de Magistrados de primeiro ou segundo grau
- d) designar o Desembargador que redigirá o acórdão
- e) elaborar e alterar o Regimento

18. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 5ª Região, sobre as sessões extraordinárias,

- a) todas serão convocadas pelo Tribunal Pleno.
- b) naquelas do Tribunal Pleno, seu ofício de convocação deverá ser, em regra, remetido em 5 (cinco), exceto na hipótese de matéria administrativa, quando a convocação poderá ser feita com, pelo menos, 3 três dias.
- c) no Tribunal Pleno, quando tiver por objeto matéria urgente, a convocação poderá ser feita com, pelo menos, 01 (um) dia de antecedência.
- d) realizar-se-á em dia e hora previamente fixados.
- e) dos Órgãos do Tribunal reunir-se-ão ordinariamente, em dia e hora previamente fixados e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do respectivo Presidente, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

19. Leia as afirmativas abaixo, referentes à Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

I. É vedada a elaboração de modelos e formulários padronizados para assuntos que não importem pretensões equivalentes.

II. A competência é irrenunciável.

III. A avocação temporária de competência será permitida por motivos relevantes devidamente justificados, sendo atribuída a órgão hierarquicamente inferior ou de mesmo grau hierárquico

IV. Os atos administrativos deverão ser motivados de forma explícita, clara e congruente, sendo vedado mencionar declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) apenas as afirmativas II e III são falsas.
- c) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) apenas as afirmativas II e IV são falsas.
- e) apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

20. O setor de Tecnologia da Informação (TI) de um órgão público está fazendo um levantamento no que diz respeito às informações armazenadas em seu banco de dados, pesquisando acerca da compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas pelos titulares, de acordo com o contexto do tratamento. Tal análise realizada pelo setor de TI, observa ao princípio da

- a) finalidade
- b) necessidade
- c) prevenção
- d) segurança
- e) adequação

DIREITO ADMINISTRATIVO/LEGISLAÇÃO

Fabiano Pereira

21. O Governador do Estado de Fabianolândia pretende instituir uma entidade dedicada ao desenvolvimento de atividades na área de saúde pública. Para tanto, encaminhou à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei criando a entidade, que deverá assumir a natureza jurídica de

- a) Fundação pública de direito público;
- b) Fundação pública de direito privado;
- c) Organização Social;
- d) Organização da Sociedade Civil;
- e) Empresa pública.

22. Pode-se afirmar que para o Direito Administrativo, poder de polícia é aquele que:

- a) a Administração pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa;
- b) o Estado exerce com o objetivo de limitar e condicionar o exercício de direitos e atividades, assim como o gozo e uso de bens particulares em prol do interesse da coletividade;
- c) a Administração pública exerce para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes;
- d) tem o agente público, mediante concessão legal, para escolher, entre várias alternativas possíveis, aquela que melhor atende ao interesse coletivo;
- e) a Administração pública tem para expedir atos normativos, chamados regulamentos, compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la.

23. Analise o seguinte trecho: “é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância ou aquiescência”. Trata-se de:

- a) Autoexecutoriedade;
- b) Tipicidade;
- c) Presunção de veracidade;
- d) Presunção de legitimidade;
- e) Imperatividade.

24. De acordo com a Lei Federal n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, serão observados nos processos administrativos, sem prejuízo de outros, os critérios de, **exceto:**

- a) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
- b) divulgação oficial de todos os atos administrativos;
- c) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão
- d) atuação conforme a lei e o Direito;
- e) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

25. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92) prevê a aplicação de sanções àqueles que praticarem condutas caracterizadas como atos de improbidade e que devem ser necessariamente dolosas. Não se trata de sanção prevista expressamente no texto da Lei 8.429/92 a

- a) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
- b) proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) perda da função pública;
- d) liquidação compulsória das empresas beneficiárias ou envolvidas em atos de improbidade;
- e) pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.

26. Doquinha, servidor do TRT da 5ª Região, deseja extinguir ato administrativo praticado em desacordo com o ordenamento jurídico vigente e que configurou vício de finalidade. Nesse caso, pode-se afirmar que o ato administrativo:

- a) deve ser cassado, pois contém vício insanável;
- b) deve ser anulado, pois contém de vício insanável;
- c) pode ser convalidado, pois contém vício sanável;
- d) pode ser revogado, pois se trata de vício sanável;
- e) pode permanecer no mundo jurídico, pois se trata de vício sanável.

27. A empresa Doquinha S/A, prestadora de serviços contratada pelo TRT da 5ª Região, requereu a majoração do contrato administrativo, com o fim de ajustá-lo à inflação oficial divulgada pela União Federal. A autoridade competente decidiu atender ao pedido, celebrando o respectivo termo aditivo e encaminhando para fins de divulgação e publicação no programa da rádio a “Voz do Brasil”. A respeito da publicidade no caso narrado, assinale a assertiva correta:

- a) o ato administrativo não produzirá seus efeitos pretendidos, pois viola o princípio da impessoalidade;
- b) o ato administrativo produzirá seus efeitos pretendidos, pois a veiculação da prática do ato em qualquer dos programas, inclusive comerciais, da Empresa Brasileira de Comunicação (empresa pública), atende ao princípio da publicidade;
- c) o ato administrativo não produzirá seus efeitos pretendidos, pois violado o princípio da publicidade;
- d) o ato administrativo não produzirá seus efeitos pretendidos, pois violado o princípio da formalidade;
- e) o ato administrativo produzirá seus efeitos pretendidos, já que a coletividade, em geral, fora cientificada, através dos programas televisivos, da sua existência, preenchendo, pois, o dever de publicidade.

28. Segundo Hely Lopes Meirelles, ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Em relação à doutrina dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) A invalidação, em regra, produz efeitos ex nunc.
- b) A revogação produz efeito ex nunc.
- c) A invalidação produz sempre efeito ex tunc.
- d) A invalidação de ato da Administração não pode ser feita pelo Poder Judiciário.
- e) A convalidação produz sempre efeito ex nunc.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

29. Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim não se admite a prisão do Depositário infiel. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Revisão Constitucional.
- c) Plebiscito.
- d) Mutação Constitucional.
- e) Reclamação constitucional

30. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
 - b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolva mudar de partido político.
 - c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipóteses de suspensão de direitos políticos.
 - d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
 - e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.
- 31.** Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka
- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
 - b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
 - c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
 - e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

32. No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue a assertiva correta

- a) Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional em casos de Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.
- c) A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.
- d) As normas que consubstanciam os direitos fundamentais não tem aplicação imediata.
- e) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, ainda assim o indivíduo não poderá ser privado de seus direitos.

33. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

34. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

35. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

36. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Pequeno

37. De acordo com os entendimentos consolidados do TST a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), é correto afirmar que:

- a) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, excepcionadas as horas extras e adicionais eventuais.
- b) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais .
- c) É do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.
- d) O FGTS não incide sobre as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior.
- e) Incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

38. Davi, empregado de determinada empresa sediada no Estado da Bahia, foi contratado para trabalhar presencialmente no município de Salvador, tendo seu regime de trabalho sido alterado posteriormente para o teletrabalho, mediante mútuo acordo entre as partes.

Nesta hipótese, considerando as regras celetistas do teletrabalho, é correto afirmar que:

- a) Davi é considerado trabalhador externo.
- b) a legalidade do teletrabalho de Davi depende de sua realização fora das dependências do empregador de maneira preponderante, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação.
- c) caso Davi compareça de modo habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas, que exijam sua presença, estará descaracterizado o regime de teletrabalho.
- d) o empregador deverá instruir os empregados quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, sendo que a legislação proíbe que Davi se responsabilize pela observância das instruções fornecidas pelo empregador.
- e) no ano de 2022, o empregador poderá determinar, unilateralmente, seu retorno ao trabalho presencial, concedendo prazo de transição mínimo de quinze dias, sendo certo que, caso Davi tenha se mudado com sua família para outra localidade, o empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

39. Julgue as assertivas abaixo:

- I. Faculta-se ao empregador determinar, unilateralmente, que o empregado passe a laborar em outro estabelecimento de sua empresa, dentro da mesma cidade, mesmo que seja mais distante de sua residência, desde que lhe assegure suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
- II. Por força do princípio da intangibilidade salarial, a legislação trabalhista veda qualquer espécie de redução do valor dos salários, inclusive a supressão do pagamento de adicionais.
- III. As alterações do horário de trabalho do empregado, dentro da mesma jornada, são, em geral, lícitas, razão pela qual considera-se lícita a ampliação do intervalo de almoço de 1 hora para 2 horas, mesmo resultando que o empregado termine sua jornada uma hora depois do inicialmente praticado.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

40. Julgue os itens abaixo:

- I. Quando um empregado decide aderir a um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), recebendo uma indenização por este motivo, não há que se falar em recebimento de aviso prévio, de saldo de salário ou de 13º salário proporcional.
- II. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, regulamentado por meio da Lei 12.506/2011, somente é assegurado nas rescisões de contratos de trabalho celebrados a partir da publicação da referida Lei.
- III. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias em até dez dias contados a partir do término do contrato, admitindo-se ao analfabeto o pagamento rescisório apenas em dinheiro ou depósito bancário.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

41. Acerca dos casos especiais de jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. O TST tem entendido que o trabalhador em atividade de digitação equipara-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.
- II. O empregado que é submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada 1h40min, mesmo que não labore em câmara frigorífica.
- III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

42. Julgue os itens abaixo:

- I. O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- II. As horas extras laboradas em período noturno deverão ser remuneradas cumulativamente com o adicional noturno à razão de 20% e com o adicional de horas extras à razão de, pelo menos, 50%.
- III. Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

43. Julgue os itens abaixo em relação à proteção à maternidade:

- I. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde a exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.
- II. Segundo dispõe a CLT, caso tenha havido aborto, criminoso ou não, ao final da gestação, não caberá licença-maternidade, embora a trabalhadora tenha direito a repouso semanal remunerado de duas semanas.
- III. Para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de uma hora cada um, sendo que, quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. Além disso, tais horários dos descansos deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

44. Julgue os itens abaixo no tocante aos efeitos da extinção do contrato de trabalho:

- I. Caso o empregado tome a iniciativa de extinguir seu contrato de trabalho, sem conceder aviso prévio ao empregador, este não poderá descontar daquele os salários correspondentes ao prazo respectivo, em virtude do princípio da intangibilidade salarial.
- II. O empregado não pode renunciar ao aviso prévio, mesmo que comprove ter obtido novo emprego.
- III. Nas situações em que há extinção da empresa ou do estabelecimento, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- IV. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

45. Possui caráter salarial a seguinte utilidade ou parcela:

- a) gorjetas.
- b) gueltas.
- c) vale cultura.
- d) participação nos lucros e resultados da empresa.
- e) comissões recebidas por vendas realizadas.

46. A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- b) normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- c) regulamento empresarial, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher.
- e) valor nominal do décimo terceiro salário.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

47. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o médio prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.
- e) envolve uma determinada unidade da organização.

48. O fragmento a seguir foi extraído do site institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA):

“Promover a justiça, no âmbito das relações de trabalho, de forma célere, efetiva e transparente, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do TRT-BA.
- b) a missão do TRT- BA.
- c) o negócio do TRT- BA.
- d) a estratégia do TRT- BA.
- e) os valores do TRT- BA.

49. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

50. A estrutura organizacional que possui uma linha de comando dupla, apresentando-se de uma forma híbrida, em que as formas funcional e por projeto se sobrepõem, e que funcionário se reporta a dois chefes – um funcional e outro de projeto -, é chamado de estrutura:

- a) Por produto.
- b) Funcional.
- c) Matricial
- d) Por organização geográfica.
- e) Por projeto

GESTÃO DE PESSOAS

Elisabete Moreira

51. Atualmente o gestor de recursos humanos volta-se para a construção de uma organização competitiva, buscando desenvolver o capital humano alinhado ao modelo de gestão estratégica de pessoas, que tem como pressuposto:

- o processo de educação gerencial e desenvolvimento do componente crítico-criativo.
- a definição da arquitetura organizacional compatibilizada com os pontos fortes da organização e oportunidades de mercado.
- a formulação de políticas de gestão de pessoas alinhadas à cultura e ao clima da organização.
- o alinhamento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com a missão, visão, objetivos estratégicos, estratégias e planos da organização.
- a definição das funções críticas que as pessoas passam a desempenhar num cenário estratégico.

52. Na gestão contemporânea, as organizações e os gestores procuram tomar decisões que tragam maior competitividade no ambiente de negócios. Nesse sentido, o processo de tomada de decisão deve ter como objetivo

- indicar a alternativa realmente ótima para levar ao resultado projetado.
- elaborar cenários estratégicos que permitam calcular as opções com maior probabilidade de sucesso.
- definir as oportunidades e as ameaças existentes no ambiente de negócios.
- encontrar as alternativas que satisfaçam os interesses dos setores mais importantes da direção.
- apontar, dentre as alternativas satisfatórias, aquela que pode levar ao resultado desejado.

53. A cultura e o clima organizacional são fatores que interferem diretamente nos resultados das organizações, tendo em vista que influenciam a motivação, o desempenho e a satisfação no trabalho. Acerca de cultura e clima organizacional, avalie as seguintes alternativas:

- É possível negociar e fixar junto aos grupos componentes da estrutura organizacional os valores e crenças compartilhados que deverão sustentar o programa de cultura da organização.
- As organizações são capazes de identificar os elementos que compõem o conjunto cultural da organização, de forma a cruzar o real e o desejado.
- Valores e comportamentos são parte do nível visível da cultura organizacional, e as convicções e premissas integram o nível invisível.
- O tipo de cultura organizacional que predomina na administração pública burocrática é a cultura do poder.

São corretas as seguintes alternativas

- I, II, apenas.
- I, III, apenas.
- I, II, III, apenas.
- I, II e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas.

54. No que se refere ao processo de gestão de desempenho, o método que se utiliza de frases qualitativas e não de informações quantitativas, dificultando assim sua aplicação em decisões de avaliação, denomina-se

- comparação em pares.
- incidentes críticos.
- pesquisa de campo.
- escala gráfica.
- administração por objetivo.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

55. A Lei nº 4.320/64 estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Com fundamento nas regras atinentes aos créditos adicionais e à execução do orçamento previstas nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas bimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- b) Em casos especiais previstos na legislação específica será permitido o empenho por estimativa.
- c) Pode-se abrir crédito adicional com recurso proveniente da anulação parcial de outro crédito adicional.
- d) O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em norma interna e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- e) Os créditos extraordinários serão abertos imediatamente após aprovação do Poder Legislativo, por decreto do Poder Executivo.

56. Ao analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União, um servidor da área de orçamento e planejamento do TRT BA percebeu que esta contém, em anexo:

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- b) Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
- c) O balanço orçamentário e o demonstrativo da execução relativo a receitas e despesas.
- d) Medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) Evolução do patrimônio líquido, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

57. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Demonstração das Variações Patrimoniais de uma entidade pública evidencia os valores decorrentes

- a) das receitas correntes arrecadadas no exercício
- b) dos recebimentos de caixa provenientes das operações da entidade
- c) do Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados
- d) das despesas de capital empenhadas no exercício
- e) dos investimentos realizados no exercício

58. O Município Audazes dos Pampas realizou as seguintes operações referentes a uma despesa com aquisição de material de consumo:

02/12/20X1: empenho de despesa, pelo valor de R\$ 10.000,00, para a compra de material de consumo.

10/01/20X2: entrega pelo fornecedor do material de consumo adquirido.

11/01/20X2: liquidação da despesa, pelo valor total empenhado.

18/02/20X2: pagamento da despesa, pelo valor total liquidado.

24/04/20X2: uso total do material de consumo.

O resultado patrimonial, segundo o Regime Patrimonial, e o resultado orçamentário, segundo o Regime Orçamentário e conforme a Lei nº 4.320/1964, da referida entidade foram impactados, respectivamente, em

- a) 10/01/20X2 e 18/02/20X2.
- b) 24/04/20X2 e 18/02/20X2.
- c) 10/01/20X2 e 02/12/20X1.
- d) 11/01/20X2 e 02/12/20X1.
- e) 24/04/20X2 e 02/12/20X1.

59. O Balanço Patrimonial de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta como

- a) ativo não circulante os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
- b) ativo circulante as aplicações temporárias em metais preciosos.
- c) ativo não circulante o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.
- d) ativo imobilizado os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a doze meses.
- e) no passivo circulante o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

60. Na classificação da despesa com aquisição de material devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo. As opções a seguir descrevem critérios a serem considerados nessa distinção, EXCETO:

- a) durabilidade
- b) fragilidade
- c) incorporabilidade
- d) transformabilidade
- e) verificabilidade

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-BA-AJAA-08-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>